



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

RELATÓRIO Nº , DE 2020

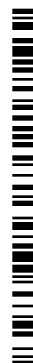
Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 89, de 2020 (nº 722, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.*

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/20734.13202-08

O Sr. MAURICIO CARVALHO LYRIO é filho de José Carlos Alves Lyrio e Maria da Glória Carvalho Lyrio, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 18 de abril de 1967.

Ingressou na carreira diplomática em 1994, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Antes, em 1989, graduou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 2003; a Conselheiro, em 2007; a Ministro de Segunda Classe, em 2010; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções foram por merecimento.

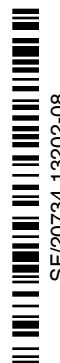
Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2009, teve aprovada com louvor sua tese intitulada “A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos”.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 2005-07 – Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pequim;
- 2007-08 e 2017-2018 – Assessor na Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores;
- 2008-10 – Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
- 2010-2011 – Assessor especial do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores ;
- 2011-13 – Ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à ONU em Nova York;
- 2013-16 – Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores;
- 2016-17 – Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores; e
- 2018-presente – Embaixador na Cidade do México.

O embaixador Mauricio Carvalho Lyrio é portador de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados à nação.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário



executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Austrália, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Fiji e Nauru, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

- Austrália

Em 2020, as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália completam 75 anos. Desde 2012, as relações entre os dois países foram elevadas à condição de parceria estratégica. Ambos são gigantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada. O setor agrícola tem grande potencial também, especialmente no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores estrangeiros, o que abre oportunidade de aprofundamento nas relações econômicas com a Austrália.

Aspecto importante da agenda bilateral, o contingente de estudantes brasileiros é expressivo (mais de 20 mil alunos), ocupando o quinto lugar em número total de estudantes no país, após China, Índia, Nepal e Vietnã. O acordo férias-trabalho, já concluído e em vias de ser assinado, permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. Há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países. A cooperação em ciência e tecnologia também representa importante fronteira das relações bilaterais, haja vista a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia e gestão de recursos naturais, por exemplo.

A representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e, no mesmo ano, criou-se a Legação brasileira em Camberra. Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação para o intercâmbio de ideias sobre temas de comum interesse. O estabelecimento do MCP tem proporcionado a ampliação da agenda entre os dois maiores países do Hemisfério Sul, elevando-a a um novo patamar.

Marco importante dessa renovação foi a criação, em 2012, da Parceria Estratégica Brasil-Austrália, constituída a partir de comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre as então mandatárias Julia Gillard e Dilma Rousseff, durante a Rio+20. A parceria tem como principal objetivo intensificar os contatos de alto nível (principalmente de chefes de Estado e de ministros) entre as duas nações. O documento também retoma o Plano de Ação Brasil-Austrália, parte integrante do Memorando de

Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil-Austrália, firmado em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), entre os então chanceleres Celso Amorim e Kevin Rudd.

Com o início dos trabalhos da 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália foi reinstalado, sob a presidência do deputado Julio Cesar Ribeiro (REP/DF) e vice-presidência da deputada Celina Leão (PP/DF). Ao todo, compõem o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália 33 deputados federais. A senadora Ana Amélia (PP/RS), atualmente fora de exercício, teve papel importante na retomada dos encontros parlamentares entre os dois países.

Originalmente criado em 1994, o grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os poderes legislativos do Brasil e da Austrália, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

Está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução nº 78/2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), que visa a implementar um segundo grupo parlamentar, no âmbito do Senado. O projeto ressalta a Parceria Estratégica Brasil-Austrália e o potencial das relações bilaterais.

Do lado australiano, o ex-presidente do grupo parlamentar de amizade Austrália-Brasil, Damian Drum (Partido Nacional, de Vitória), antecipou, em setembro de 2019, comunicação ao Congresso australiano para a reativação do grupo na nova legislatura, iniciada em julho de 2019; a comunicação oficial da reconstituição foi enviada à Embaixada do Brasil em Canberra em julho de 2020. A presidência do grupo deverá ser exercida novamente pelo deputado Drum, e a vice-presidência pela deputada trabalhista Sharon Claydon, representante de Nova Gales do Sul. Drum tem demonstrado interesse em relação ao Brasil e cultiva proximidade com a embaixada.

Em 1994, o CER (Closer Economic Relationship), bloco formado por Austrália e Nova Zelândia, firmou Mecanismo de Diálogo com o Mercosul. Em 1997, foi realizada a I Reunião Ministerial Mercosul-CER, seguida de mais cinco reuniões de alto nível até 2004. Em 19/4/2010, em Punta del Este (Uruguai), à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, a agenda da Reunião de Altos Funcionários Mercosul-CER incluiu debate sobre a possibilidade de negociação de acordo de livre comércio

Mercosul-CER. Naquela ocasião, o Brasil apoiou a ideia da criação de grupo de trabalho governamental para levantamento dos interesses das partes envolvidas.

Após longo período de negociações, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação foi assinado na Embaixada do Brasil em Camberra em 7/9/2017, com a presença do ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos.

Na época, o então primeiro-ministro Malcolm Turnbull anunciou que o Brasil integraria o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação juntamente com a Austrália. O acordo prevê a criação de Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a expectativa de se reunir ainda em 2020. Possíveis temas a serem discutidos são: oceanos; bioenergia/bioeconomia; prevenção de desastres naturais; água; educação em matemáticas e ciências; espaço; e compartilhamento de infraestruturas de pesquisa.

Segundo dados de 2018 da Embaixada em Camberra, o número de brasileiros na Austrália é estimado em cerca de 55 mil pessoas, sendo cerca de 46 mil residentes permanentes e 9 mil temporários. Além desses, existem ainda 27 mil estudantes brasileiros de nível universitário, cursos de formação profissional, de língua inglesa, entre outros. A maior parte dos brasileiros que residem ou estudam na Austrália encontram-se em Nova Gales do Sul (47%) e Queensland (25%) e, em menor escala, em Vitória (14%), Austrália Ocidental (10%), Austrália do Sul (2%), ACT (Camberra) (1%), Território do Norte (0,25%) e Tasmânia (0,25%). Anualmente, a Austrália recebe mais de 50 mil visitantes brasileiros temporários.

O Brasil é destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina. Em 2019, o intercâmbio de comércio entre Brasil e Austrália foi de cerca de US\$ 1,4 bilhão, com déficit para o Brasil da ordem de US\$ 495 milhões (importações de US\$ 951 milhões e exportações de US\$ 456 milhões). Percebeu-se decréscimo de 8,7% no comércio bilateral entre 2018 e 2019, embora o déficit brasileiro tenha sido significativamente menor em 2019 (US\$ 654 milhões em 2018). A Austrália apresentou-se, em 2019, como o 53º destino das exportações brasileiras (participação de 0,2% do total das exportações) e o 35º fornecedor das importações nacionais (participação de 0,62% do total das importações).

Entre 2011 e 2019 o intercâmbio bilateral Brasil-Austrália recuou 51%, passando de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 1,4 bilhão. Análise dos últimos cinco anos permite confirmar que o comércio com a Austrália é tradicionalmente desfavorável ao Brasil: - US\$ 653 milhões (2015); - US\$ 410 milhões (2016); - US\$ 899 milhões (2017); - US\$ 652 milhões (2018) e - US\$ 495 milhões (2019).

Segundo dados da "Australia Bureau of Statistics", o Brasil possui estoque de AU\$ 8,175 bilhões (cerca de US\$ 6,2 bilhões) de investimentos australianos, apresentando-se como o 15º país da lista de maiores receptores do capital australiano. Por outro lado, segundo o Banco Central do Brasil, em 2018, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 168 milhões.

- Ilhas Salomão

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico César de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Não há atos bilaterais firmados. Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico em cooperação do Brasil em matéria de futebol. Também demonstraram grande interesse em cooperação com o Brasil em matéria de café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol, o que tem sido reiterado pelo Alto Comissário em Camberra.

O comércio bilateral entre as Ilhas Salomão e o Brasil foi inexistente em 2019. Entre janeiro e julho de 2020, as trocas comerciais somaram USD 100 mil, representados unicamente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil às Ilhas Salomão foram artigos de confeitaria (26%), equipamentos domésticos de metais (24%), cereais e farinhas (23%) e ferramentas (19%).

- Papua Nova Guiné

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes ao país. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral somou cerca de USD 3 milhões (exportações brasileiras de USD 3 milhões e importações inexistentes). As exportações brasileiras nesse período foram compostas de geradores elétricos (36%), ferramentas (24%), máquinas agrícolas (15%), talheres (6%), equipamentos domésticos (5%), papel e cartões (3%).

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais em PNG e outros países do Pacífico, haja vista o potencial das linhas de voos regionais para as aeronaves de porte médio fabricados pela empresa. A empresa enviou a PNG, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações.

- Vanuatu

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005 o embaixador Frederico César de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice-Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji e da renovação da indústria de produção e exportação de carne em Vanuatu (para estes setores sugerem avaliar a possibilidade de



propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji e em Vanuatu, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji e Vanuatu (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais nos países do Pacífico, incluindo Vanuatu. A empresa enviou a Vanuatu, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações. Durante as demonstrações, a revista especializada “Australian Aviation” dedicou ampla matéria à presença na Ásia Pacífico da maior e mais moderna aeronave comercial da EMBRAER, com destaque a sua visita à região, Vanuatu incluído. A revista ressalta, entre outras informações, que a companhia recebeu a certificação da ANAC, da Agência de Segurança de Aviação da União Europeia e da Administração Federal de Aviação dos EUA.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada (quando, a exceção de 2008, seu pico histórico de US\$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US\$ 100 mil), mas é extremamente pequeno. Em 2019 o intercâmbio comercial total foi de US\$ 1,3 milhão, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras. As exportações compuseram-se quase totalmente de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (90%). As importações, por sua vez, foram compostas por malas, pastas, estojos e sacos de viagem (99,6%).

- Ilhas Fiji

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji em 16 de fevereiro de 2006. O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir embaixada residente em Brasília. Em seguida, o então ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008. O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Entretanto, por meio de Nota Verbal de 10 de maio de 2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28 de junho de 2019. A mesma nota informou que a Embaixada de Fiji em Washington assume, a partir dessa data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada deles em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca e as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação. Atualmente, o acordo encontra-se pendente de aprovação no Ministério da Fazenda.

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio somou USD 600 mil (exportações de USD 500 mil e importações USD 100 mil, com saldo para o Brasil de USD 400 mil). Nesse período, os principais produtos exportados pelo Brasil a Fiji foram café torrado (18%), calçados (18), fios de ferro e aço (17%), máquinas agrícolas (7,4%), sucos de frutas e cereais (6,1%), cereais e farinhas (4,6%). As importações brasileiras de Fiji foram centradas em materiais de escritório e papelaria (95%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator